RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Defensoria Pública do Rio de Janeiro paga remunerações acima do teto constitucional

Órgão concedeu salários superiores a R$ 117 mil em mês, ultrapassando limite de R$ 46 mil estabelecido pela Constituição

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) realizou pagamentos de remunerações que ultrapassam significativamente o teto constitucional de R$ 46 mil mensais, chegando a R$ 117 mil brutos em alguns casos. Os dados estão disponibilizados no Portal de Transparência da instituição, embora o sistema não apresente atualizações desde o mês de março, deixando sem informações públicas os pagamentos referentes aos períodos de abril a julho.

Quando questionada sobre essas remunerações elevadas, a assessoria da DPRJ negou a ocorrência de pagamentos acima do limite constitucional. O órgão registrou gastos de R$ 1,4 bilhão durante o exercício de 2025.

Nos registros de março, o defensor público André Luiz de Felice Souza recebeu R$ 104 mil brutos, quantia contabilizada após a aplicação do denominado "abate-teto", mecanismo criado especificamente para reduzir rendimentos acima do limite de R$ 46 mil. No mês de fevereiro, outro servidor da mesma instituição recebeu R$ 117 mil brutos, também após essa redução.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTAL
DA TRANSPARÊNCIA

Início | A Defensoria | Transparência | Concursos | Perguntas Frequentes | Aces

Você está aqui: Início / Transparência / Gastos com Pessoal / Consulta à Remuneração Mensal / Motivação da Consulta

Consulta à Remuneração Mensal

ANDRE LUIZ DE FELICE SOUZA

[redacted]

Cargo: DEFENSOR PÚBLICO

Competência: 03/2026

Tipo de Folha: Mensal

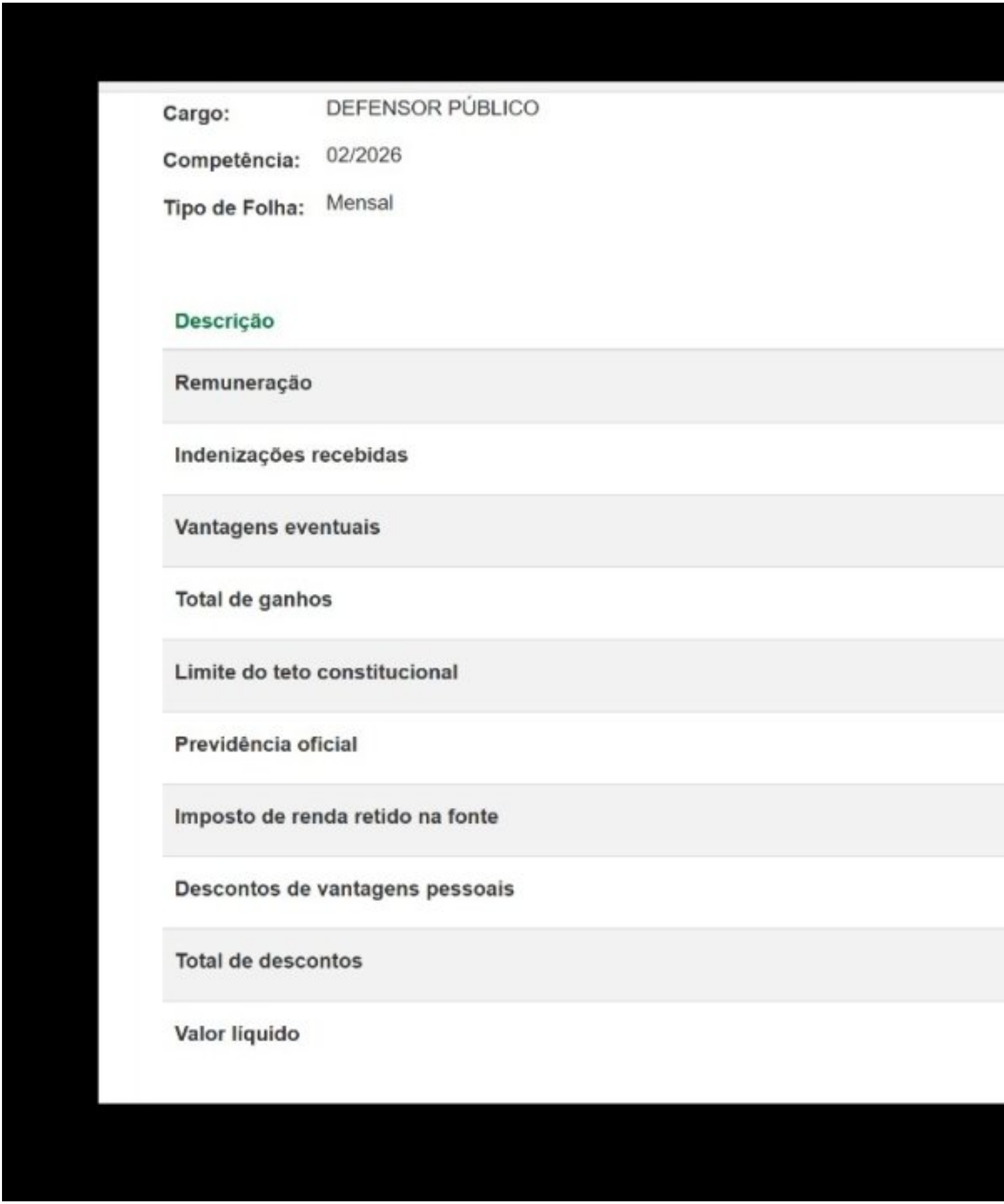
Descrição
Remuneração
Indenizações recebidas
Vantagens eventuais
Total de ganhos
Limite do teto constitucional
Previdência oficial
Imposto de renda retido na fonte
Descontos de vantagens pessoais

Em março, remuneração bruta de defensor passou dos R$ 100 mil

A remuneração-base mensal de Felice totalizou R$ 83 mil, enquanto o outro defensor teve remuneração-base de R$ 57 mil. A redação questionou a instituição sobre o motivo de as remunerações-base ultrapassarem o teto constitucional previamente à inclusão de adicionais e indenizações. As respostas serão divulgadas quando recebidas.

Os salários líquidos, descontadas as contribuições previdenciárias e tributárias, também excedem os R$ 80 mil mensais. André Felice recebeu R$ 85 mil líquidos em março, enquanto o colega embolsou R$ 98 mil em fevereiro.

A investigação identificou outros dois defensores públicos com remunerações acima de R$ 46 mil brutos no mês de março, ambos com valores superiores a R$ 100 mil brutos após aplicação do abate-teto: Matusalém Lopes e Rosane Lavigne.



Este outro defensor teve remuneração-base de R$ 57 mil em fevereiro

A análise concentrou-se nestes quatro exemplos porque o portal transparência não disponibiliza consultas consolidadas, diferentemente do Painel de Remuneração do Conselho Nacional de Justiça, o que dificulta o mapeamento amplo de padrões salariais. O sistema exige ainda que o consulente forneça seu número de CPF

e a justificativa para acessar informações de remunerações pagas com recursos públicos.

Instituição nega pagamento acima do teto

Apesar dos registros de remunerações superiores ao limite constitucional, a assessoria da Defensoria Pública do Rio afirmou não efetuar pagamentos desse tipo. "As remunerações mensais pagas pela Defensoria Pública não ultrapassam o teto constitucional, salvo nas hipóteses excepcionais de acumulação de mais de um órgão de atuação por um só defensor ou defensora pública e na hipótese de venda de férias, obedecendo estritamente as normas legais e constitucionais", declarou o órgão.

"A Defensoria Pública reafirma seu compromisso com a transparência, a observância do teto constitucional e o estrito cumprimento das normas aplicáveis ao serviço público", completou a instituição.

Barreiras impedem consulta consolidada de informações salariais

A instituição justificou as restrições às consultas consolidadas citando a necessidade de "proteção contra coleta automatizada em massa (web scraping), uso abusivo de dados pessoais e riscos à segurança da informação". A Defensoria mencionou ainda uma legislação de 2025 que classifica a instituição como entidade de "atividade de risco".

A assessoria defendeu o requisito de CPF para consultas de salários, argumentando que faz parte de um conjunto de procedimentos de identificação "destinadas exclusivamente à preservação da integridade, disponibilidade e uso adequado da base de dados".

Quando indagada sobre o montante total gasto nos últimos doze meses com remunerações acima do limite de R$ 46 mil, a assessoria não apresentou resposta específica. A instituição limitou-se a afirmar que dispõe de "um dos menores orçamentos estaduais".

Entretanto, conforme dados do portal de transparência do Estado do Rio de Janeiro, em 2025 a Defensoria ocupou a 11ª posição em gastos entre 41 órgãos estaduais, integrando o grupo das instituições com maiores despesas. O orçamento da Defensoria chegou a R$ 1,46 bilhão, enquanto todo o Estado do Rio de Janeiro consumiu R$ 112 bilhões.